

Governo se reúne mais com bets para regular apostas

Governo teve 251 reuniões com bets e 5 com área de saúde

Especialistas criticam regulação das apostas preparada pela Fazenda

— Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO Durante a elaboração das regras para o mercado de apostas, funcionários do alto escalão da Fazenda responsáveis pelo tema se reuniram 251 vezes com bets ou associações que as representavam. Profissionais da área da saúde foram ouvidos em cinco ocasiões.

O cenário atual no país é de epidemia de dependência em jogos, de acordo com pesquisadores que estudam o jogo patológico.

A Folha analisou 555 compromissos que envolveram integrantes dos ministérios da Fazenda e da Saúde e foram realizados entre março de 2023 e 31 de julho deste ano (no dia seguinte, foram publicadas pelo governo as regras de "jogo responsável").

Os dados foram obtidos no site E-agendas e filtrados com auxílio de inteligência artificial. Das reuniões, 381 envolviam o mercado de apostas e 251 tinham como principal interlocutores representantes de bets ou associações que as representavam.

Os encontros envolveram Regis Dudená (secretário de Prêmios e Apostas), José Francisco Manssur (ex-assessor especial da Secretaria Executiva da Fazenda), Simone Vicentini (ex-secretária adjunta de Prêmios e Apostas) e Sônia Barros (diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde). O ministro Fernando Haddad participou de sete das reuniões.

Para debater o desenho do arcabouço regulatório a ser adotado no Brasil, Manssur instituiu reuniões semanais com as duas principais entidades representativas dos sites de apostas: IBJR (Instituto Brasileiro de Jogo Responsável), ligado às marcas europeias, e ANJL (Associação Nacional de Jogo Legal), que reúne empresas do resto do mundo.

Os encontros ocorriam todas as quintas-feiras e foram mantidos por Vicentini, que deu continuidade à regulamentação do mercado, após a saída de Manssur em fevereiro. Tiveram a recorrência interrompida apenas por Dudená, nomeado secretário de Jogos e Apostas em maio.

Depois de deixar o governo, Manssur e Vicentini assumiram a liderança da banca de apostas esportivas no escritório CSMV Advogados.

Os diálogos levaram a regras elogiadas pelo setor de apostas pela semelhança com as normas de Gibraltar, Malta e Curaçao, onde ficam sediadas a maioria das bets. O texto é alvo de crítica, por outro lado, por não tratar do investimento em saúde necessário para a terapêutica de jogadores patológicos.

Além das quatro reuniões que teve com servidores do governo que trabalhavam na regulação dos sites de apostas, a Secretaria de Saúde Mental do Ministério da Saúde também organizou uma reunião com uma bet para debater o tema.

Nos 16 meses avaliados, a SPA realizou, por exemplo, 13 reuniões com o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável, que representa os sites de apostas mobilizados por um mercado regulado, sob justificativa de maior segurança jurídica para o setor. O presidente do IBJR comanda a subsidiária do gigante sueco das apostas Betsson, que formalizou a intenção de atuar no mercado brasileiro no último dia 6 de agosto, sob o GNPI/Streaming Brasil.

Representantes da ANJL, que reúne representantes no

Brasil da grega Betano e da americana Caesars Sportsbook, tiveram dez reuniões com a SPA.

Procuradas, ambas entidades disseram que compararam com o governo informações da experiência adquirida em mercados regulados

no exterior.

Considerando-se ausentes da discussão sobre a regulamentação, profissionais de saúde ouvidos pela Folha criticam a falta de menção a investimento em ambulatórios especializados, instrução aos profissionais de saúde mental

para lidar com vício em jogo ou mesmo de campanhas de conscientização.

Questionados pela reportagem, os ministérios da Saúde e da Fazenda dizem manter um grupo de trabalho que começará a atuar em 2025, com apoio dos sites de apostas em

situação regular.

O único ambulatório especializado em vício em aposta do país, o Pro-Amjo do Hospital das Clínicas da USP, não foi consultado pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) durante a formação das políticas de jogo responsável. A portaria publicada no último dia 31 cita as regras que visarão conter o jogo patológico a partir do ano que vem.

Em audiência no Senado que discutia a legalização dos cassinos, o coordenador do Pro-Amjo, o professor de psiquiatria da USP Hermano Tavares, afirmou que "o país não fez o dever de casa" no combate à epidemia de vício que veio na esteira da legalização

dos sites de aposta em 2018 e posterior regulamentação em 2023 —esta última lei criou uma brecha para a liberação de caça-níqueis online, como o "jogo do tigrinho".

Procurada, a Fazenda diz que a construção de campanhas educativas para mitigar as questões ligadas ao jogo problemático está na agenda do mercado regulado, que tem início em janeiro de 2025. Participou dessa iniciativa a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, a Diretoria de Saúde Mental, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde e os próprios sites de aposta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** P **Página:** 1